

Tema: Limites ético-jurídicos à inteligência artificial (IA) nas relações privadas

Com frequência cada vez maior, a sociedade tem se deparado com aplicações de inteligência artificial (IA) na vida cotidiana. Seja na condução de carros, na realização de cirurgias e diagnósticos médicos, ou na contratação de pessoas para empregos, a IA tem sido uma constante mais frequente em situações mediadas pelo Direito Privado. Recentemente, com a disponibilização ao público das IA generativas, como o ChatGPT, o debate sobre o tema se ampliou e ganhou complexidade.

É que, apesar de todas as vantagens que tais ferramentas podem trazer para a sociedade, seus riscos ainda estão longe de serem conhecidos na integralidade. Em adição a este desconhecimento das tecnologias já disponibilizadas, as IA avançam em velocidade superior à que o Legislativo tem capacidade de regulamentar o tema na análise de cada funcionalidade. Por conta de tal problema, se faz necessária pesquisa que possa formular um estatuto não apenas jurídico, mas também ético, em que possam ser indicadas limitações ao que a IA deve poder fazer.

CORTIZ, Diogo; SANTOS, Jean Carlos Ferreira. Computação Afetiva: entre as limitações técnicas e os desafios do colonialismo de dados. In: Fronteiras – estudos midiáticos, v. 24, n. 3, 2022. Disponível em <<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras>>. Acesso em 10 abr. 2023.

REQUIÃO, Maurício; COSTA, Diego Carneiro. Discriminação algorítmica: ações afirmativas como estratégia de combate. In: civilistica.com, ano 11, n. 3, 2022. Disponível em <civilistica.com>. Acesso em 10 fev. 2023.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.